

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 02/04/2004

ANO II - Nº. 042

PIB E SUPERÁVIT PRIMÁRIO

O IBGE divulgou os dados do PIB de 2003: R\$ 1,514 trilhão. Em 2002, o PIB foi de R\$ 1,346 bilhões. Ainda assim, a economia caiu 0,2% na comparação dos dois anos (queda real). O PIB per capita de 2003 foi R\$ 8.565,00, menos de US\$ 3 mil.

O governo insiste na meta de superávit primário de 4,25% do PIB. Esta inflexibilidade pode lhe custar caro, pois também é responsável pela paralisia em áreas importantes que necessitam de investimentos sociais e em infra-estrutura. Um superávit de 4,25% do PIB de 2003 representa em torno de R\$ 64,3 bilhões. Um superávit um ponto percentual menor (3,25% do PIB) representaria R\$ 49,2 bilhões, uma "economia" de R\$ 15 bilhões, por exemplo, capaz de recuperar todas as estradas brasileiras.

O governo – e não só ele – não pensa assim e insiste em não flexibilizar a meta de superávit e de inflação. Apresenta-se como bom aluno ao FMI, mas o que o FMI fará quando os eleitores de Lula se derem conta de que o primeiro lugar da turma resultou em estradas esburacadas, saúde e educação falimentar e (in) segurança pública virtual.

Em 2004, o Brasil pagará mais de R\$ 100 bilhões de juros da dívida e a própria (a dívida) também crescerá mais de R\$ 100 bilhões. Temo que tanto esforço poderá resultar em nada.

Enquanto isso a exportação fechou o primeiro trimestre em US\$ 19,448 bilhões e a importação em US\$ 13,278. O saldo comercial projetado para o final do ano é entre US\$ 24 e 25 bilhões. São resultados animadores. Mas não seria o caso de se examinar se não estamos exportando insumos e produtos primários em exagero, que podem comprometer o abastecimento do mercado interno... e também se a razão de tão significativos números não estaria na retração do mercado interno?

Seja como for, é importante para o país gerar US\$ 25 bilhões de saldo comercial a cada ano. E os dois primeiros anos do governo Lula alcançará esta meta.

A CRISE É POLÍTICA?

O que define um estado de crise é a ausência de soluções convencionais. Parece que este não é o caso brasileiro no momento. A aparente crise de governabilidade se dá paradoxalmente em função da busca da governabilidade. O PT ganhou as eleições e sozinho não governaria. Este é um fato. Construiu uma larga base para viabilizar a governabilidade e toda construção tem seu custo. São faturas que vencem hoje, outras amanhã, mas todas têm de ser quitadas. Essa é uma metáfora comercial barata, mas é assim que funciona a política em todo o mundo. Quando as faturas (entenda-se, emendas parlamentares ao orçamento da União) ficam em aberto por muito tempo, a construção fica em perigo e é preciso reconstruir a governabilidade. Aceito este conceito, as soluções à vista (sem duplo sentido) estão dentro do campo das soluções convencionais. Logo, a crise seria aparente, vai passar, mas certamente deixará ressentimentos. Mas um ponto é quase consenso: o PT não soube lidar com um caso que concretamente é banal. Sobram inépcia e arrogância em alguns de seus quadros, sobretudo no Senado Federal, mas aparentemente eles foram salvos pelos mais experientes caciques daquela Casa: ACM e Sarney, aos o PT passa a ter uma dívida eterna.

COFINS

A COFINS não-cumulativa aumentou em 4% em média os custos de alguns importantes insumos: aço e couro são dois exemplos claros. O debate agora se volta para os efeitos do PIS e da COFINS incidentes na importação sobre custos e preços internos.

A votação da MP 164, que trata da matéria, deverá se dar na semana de 12 a 16 de abril, no Senado Federal. É possível que a Receita Federal aceite alterar o conceito de base de cálculo das novas contribuições, e também promova algumas alterações na tributação dos chamados “monofásicos” (bebidas, cigarros, automóveis, petróleo e derivados...), o que faria com que a MP volte à Câmara dos Deputados para nova votação.

Na versão original, a base de cálculo foi definida como “o valor aduaneiro acrescido do valor do imposto de importação, do ICMS e das próprias contribuições PIS e COFINS”. Na prática, a alíquota de 9,25% aplicada sobre esta base passa para cerca de 12%.

O que preocupa a Receita Federal é a possibilidade de ações judiciais contestarem a base de cálculo proposta, pela ausência de isonomia em função do tratamento interno. Alguns segmentos empresariais já alertaram sobre esta possibilidade.

RANKING MUNDIAL

O Brasil, que já foi a oitava economia do planeta em 1998, é agora o 15^a. O nosso PIB, em dólar, é US\$ 493 bilhões. O quadro abaixo mostra as 16 maiores economias, por ordem decrescente:

PAIS	PIB (US\$ bilhões)
EUA	10.857
Japão	4.291
Alemanha	2.386
Reino Unido	1.752
França	1.732
Itália	1.459
China	1.381
Canadá	851
Espanha	819
México	612
Coréia	521
Índia	510
Austrália	508
Holanda	505
Brasil	493
Rússia	419

O EUA encabeça a lista das maiores economias com US\$ 10,8 trilhões de dólares, mais que o dobro do Japão, a segunda maior economia. Na casa do trilhão de dólares aparecem apenas sete países. A economia americana é 22 maior que a economia brasileira. O PIB conjunto de Brasil, Índia e China – países com os quais o Brasil pretende formar um “bloco comercial”, é de US\$ 2,3 trilhões, cerca de 1/5 do PIB americano. A queda do PIB brasileiro em 2003 possibilitou a ultrapassagem de Índia, Holanda e Austrália, e a projeção de crescimento econômico permite projetar a ultrapassem da Rússia nos próximos dois anos. O Brasil caminha celeremente para ser a 16^a economia do planeta.

Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Encol, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: rn.marini@terra.com.br / /@brturbo.com / carnltda@terra.com.br